Coapro**Resoluções****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13-2020 27.04.2020**

Disciplina a substituição de juízes eleitorais do Estado da Bahia.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento nos artigos 96, I, alíneas a e b, e 99, ambos da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o exercício da jurisdição eleitoral pelo juiz eleitoral substituto durante os afastamentos do titular, com observância aos princípios da impessoalidade, eficiência e continuidade dos serviços eleitorais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE nº 20.759, de 19 de dezembro de 2000, que trata do pagamento da gratificação eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º O afastamento de juiz de direito das suas atividades na Justiça Comum por motivo de férias, recesso, licença, impedimento, suspeição, compensação ou por qualquer outro motivo importará, obrigatoriamente, a interrupção, por igual período, de suas funções nesta Justiça Especializada.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, a jurisdição eleitoral será atribuída a seus substitutos na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º Nos seus afastamentos, o juiz eleitoral será automaticamente substituído por outro juiz eleitoral, ressalvados os casos aqui previstos.

§ 1º Tanto nas comarcas classificadas pelo Tribunal de Justiça como de jurisdição plena quanto nas comarcas constituídas de duas ou mais varas, a substituição ocorrerá de acordo com a tabela que compõe o Anexo I desta Resolução, seguindo a ordem crescente dos substitutos ali indicados.

§ 2º Durante o período eleitoral, previamente estabelecido no calendário eleitoral, as designações de juízes eleitorais substitutos deverão recair em juízes de direito que não estejam no exercício de função eleitoral.

§ 3º A impossibilidade de atuação dos magistrados substitutos previamente estabelecidos deverá ser comunicada à Presidência pela SEAJE, por meio de processo eletrônico específico, contendo Formulário disponibilizado no Portal do Servidor, devidamente preenchido e assinado, para adoção das providências cabíveis pela unidade competente.

§ 4º Os juízes eleitorais não deverão ser designados para o exercício da função eleitoral, como substitutos, em duas ou mais zonas eleitorais, podendo exercer, ao mesmo tempo, apenas a da sua titularidade e a correspondente a uma substituição.

§ 5º Nas comarcas com duas ou mais zonas eleitorais, os juízes eleitorais substituir-se-ão entre si, observada a ordem crescente do número das zonas eleitorais, sendo que o juiz da última substituirá o da primeira.

a) ocorrendo afastamentos simultâneos, impedimento, suspeição ou incompatibilidades legais do substituto originário, a ordem crescente continuará a ser seguida até que se esgotem as zonas eleitorais da comarca, podendo um mesmo juiz eleitoral responder por mais de uma zona;

b) esgotada a escala interna das zonas eleitorais, a substituição ocorrerá de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Resolução.

Art. 3º Visando a continuidade da prestação jurisdicional e para fins de registros e ajustes no pagamento da gratificação, nas hipóteses dos afastamentos de que tratam esta Resolução, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I – o juiz eleitoral comunicará ao cartório eleitoral, até o último dia útil do mês, os afastamentos previstos para ocorrer no mês seguinte, salvo nos casos de afastamentos imprevistos, caso em que a comunicação deverá ser imediata;

II – ao chefe do cartório caberá comunicar o afastamento à Presidência do Tribunal, por meio de processo criado em sistema eletrônico contendo formulário específico disponibilizado no Portal do Servidor, devidamente preenchido e assinado;

III – a SEAJE comunicará o juiz substituto sobre o afastamento, informando-lhe o período de substituição.

Art. 4º Quando o juiz substituto for previamente comunicado acerca do afastamento do juiz titular, o período de substituição terá início a partir da data de afastamento do juiz titular.

Parágrafo único. Na hipótese de a comunicação ocorrer após o afastamento do juiz titular, o período de substituição terá início a partir do efetivo exercício da jurisdição eleitoral pelo substituto, que deverá comunicar o termo inicial à Presidência deste Tribunal, para os devidos fins.

Art. 5º Os critérios de substituição previstos nesta Resolução também serão aplicados nas seguintes hipóteses:

I – declaração de impedimento ou suspeição pelo juiz eleitoral na atuação em um feito específico;

II – vacância de juiz eleitoral decorrente de promoção, remoção ou designação do juiz de direito para ter exercício em outra comarca, até o provimento do novo titular a ser designado pela Presidência desta Corte.

Art. 6º O juiz eleitoral indicado para atuar como substituto nas zonas eleitorais, nos casos de afastamentos do titular, não poderá escusar-se do dever de substituição.

Art. 7º O juiz eleitoral designado para responder por outra zona eleitoral fará jus ao limite de três diárias a cada quinze dias de substituição, em face de deslocamentos para zona em que responde, devendo observar, para tanto, os regramentos contidos na legislação em vigor.

Parágrafo único. Para concessão das diárias a que se refere o caput, o juiz eleitoral deverá solicitar previamente, mediante formulário próprio, autorização para seu deslocamento.

Art. 8º Não haverá pagamento de gratificação eleitoral quando a substituição não se enquadrar nas normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 9º As dúvidas e os casos omissos serão dirimidos pela Presidência deste Tribunal.

Art. 10º A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Resolução Administrativa n.º 6/2014.

Salvador, em 27 de abril de 2020.

JATAHY JÚNIOR

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ROBERTO MAYNARD FRANK

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral da Bahia

PATRÍCIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPÖRER

Juíza

FREDDY CARVALHO PITTA LIMA

Juiz

ANTÔNIO OSWALDO SCARPA

Juiz

HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE

Juiz

JOSÉ BATISTA SANTANA JÚNIOR

Juiz

CLÁUDIO ALBERTO GUSMÃO CUNHA

Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14-2020 27.04.2020

Altera a redação da Resolução Administrativa n.º 06, de 2 de março de 2020, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que dispõe sobre a distribuição de atribuições administrativas e competências jurisdicionais, em caráter definitivo, entre os juízos eleitorais nos municípios com mais de uma Zona Eleitoral e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo 32 do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 6º, 13 e 19 da Resolução Administrativa n.º 6, de 02 de março de 2020 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º (...)

(...)

XV – *revogado*.

(...)

§1º *A totalização dos votos, proclamação do resultado das eleições e diplomação dos eleitos competirá à Junta Eleitoral presidida pelo juiz eleitoral mais antigo.*

§2º (...)"

"Art. 13. (...)

(...)

IV – *Exercer o poder de polícia:*

a) *Juízo da 5ª Zona Eleitoral;*

b) *Juízo da 11ª Zona Eleitoral;*

c) *Juízo da 17ª Zona Eleitoral.*

V – (...)

VI – *Processar e julgar as representações e reclamações relacionadas à propaganda eleitoral e ao direito de resposta:*

a) *Juízo da 2ª Zona Eleitoral;*

b) *Juízo da 4ª Zona Eleitoral;*

c) *Juízo da 10ª Zona Eleitoral;*

d) *Juízo da 16ª Zona Eleitoral.*